

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO PARA O ENFRENTAMENTO AO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Luciana Gonzaga Bittencourt¹ 

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal refletir, a partir de um projeto de extensão sobre a importância da extensão universitária como ferramenta estratégica para o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo. Como metodologia optou-se pela construção de referencial teórico baseado em pesquisas bibliográfica e documental com ênfase na relação de exploração entre trabalho e capital para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Além disso, construiu-se um panorama sobre a mobilização social, práxis gramsciana e estratégias de comunicação utilizadas por diferentes organizações da rede de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo do Estado do Rio de Janeiro. Aponta-se que é necessária a articulação de diferentes sujeitos para erradicar esse crime, incluindo ações de extensão.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo. Extensão Universitária. Comunicação. Mobilização Social. Rede de Enfrentamento.

UNIVERSITY EXTENSION, COMMUNICATION AND SOCIAL MOBILIZATION: EXPERIENCE OF AN EXTENSION PROJECT FOR ADDRESSING CONTEMPORARY SLAVE LABOR

Abstract: The principal aim of this article is to engage in a scholarly examination, drawing insights from an extension project, regarding the pivotal role of university extension as a strategic instrument in addressing contemporary slave labor. Our chosen methodology involves the construction of a theoretical framework through bibliographical and documental research, emphasizing the exploitative nexus between labor and capital in the context of Brazilian socioeconomic development. Furthermore, we present an overview encompassing social mobilization, Gramscian praxis, and communication strategies employed by various organizations within the network dedicated to countering contemporary slave labor in the State of Rio de Janeiro. The analysis underscores the imperative need for a concerted effort involving diverse stakeholders, including extension initiatives, to effectively eradicate this reprehensible crime.

Keywords: Contemporary slave labor. University Extension. Communication. Social Mobilization. Coping Network.

EXTENSIÓN UNIVERSITARIA, COMUNICACIÓN Y MOVILIZACIÓN SOCIAL: EXPERIENCIA DE UN PROYECTO DE EXTENSIÓN PARA ABORDAR EL TRABAJO ESCLAVO CONTEMPORÁNEO

Resumen: El artículo tiene como objetivo primordial reflexionar, a partir de un proyecto de extensión, acerca de la relevancia de la extensión universitaria como una herramienta estratégica para abordar el problema del trabajo esclavo contemporáneo. En cuanto a la metodología, se ha optado por la construcción de un marco teórico basado en investigaciones bibliográficas y documentales, destacando la relación de explotación entre el trabajo y el capital en el contexto del desarrollo socioeconómico brasileño. Asimismo, se presenta un panorama que abarca la movilización social, la praxis gramsciana y las estrategias de comunicación utilizadas por diversas organizaciones en la red para enfrentar el trabajo esclavo contemporáneo en el Estado de Río de

¹ Doutora (2021) em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Mestre (2016) em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, trabalha na Escola de Governo de Maricá (EMAR) na coordenação de cursos de extensão de direitos humanos.

Janeiro. Se subraya la necesidad de articular a diferentes actores para erradicar este delito, incluyendo acciones de extensión.

Palabras clave: Trabajo esclavo contemporáneo. Extensión Universitaria. Comunicación. Movilización Social. Red de afrontamiento.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal refletir, a partir do projeto de extensão “Capitalismo, Trabalho Escravo Contemporâneo e Comunicação em Rede”, sobre a importância da extensão universitária como ferramenta estratégica para o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo (TEC). Esse é considerado crime e está previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, alterado em 2003, em que se reúne um conjunto de características, tais como a dívida ao empregador, o cerceamento da liberdade, aliada às condições insalubres nos locais de trabalho (que muitas vezes servem de moradia), falta de água potável e má alimentação, além das irregularidades no pagamento e da ausência de direitos trabalhistas fundamentais:

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. (BRASIL, 2003)²

Para isso, reforçamos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na medida em que o projeto apontou demandas mais próximas à realidade social brasileira. Ressaltamos a importância das universidades públicas na disseminação de informações sobre essa grave violação dos direitos humanos, parte estruturante do capitalismo global na busca por mais valia. Para Gomes (2016, p. 38): “(...) a extensão sob a diretriz da interdisciplinaridade e a interprofissionalidade busca superar o holismo generalista, que ignora a complexidade da realidade social e a especialização que a fragmenta”

O Brasil é considerado uma referência no combate ao trabalho contemporâneo por conta da articulação entre políticas públicas, a sociedade civil e grupos de pesquisa e extensão ligados a universidades públicas. Segundo Figueira (2021), a escravidão contemporânea suscita reflexões, discussões e disputas acadêmicas, políticas e jurídicas, especialmente a partir da atuação de servidores públicos de diferentes áreas, como direito, serviço social e psicologia, além de membros da sociedade civil.

² Informações em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm Acesso em 12 de dez. de 2021.

O que justifica a realização de projetos de extensão universitária, visando à formação mais integral, humanizada e atenta à realidade e às demandas sociais. Dessa forma, compreendemos sua importância para a mobilização social sobre esse tema. Assim, o referido projeto foi realizado entre junho e setembro de 2021, de forma híbrida, teve como pontos centrais: 1) servir como meio dialógico e investigativo, baseado no conceito de práxis³ para compor uma tese de doutorado sobre o tema⁴; 2) promover o conhecimento crítico com vistas ao enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo (TEC) no Rio de Janeiro, levantando suas raízes históricas e causas contemporâneas no capitalismo periférico e dependente; 3) analisar a importância da comunicação de diferentes organizações como estratégia de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo.

A legalidade da escravidão terminou aos poucos e com muita resistência em quase todos os países do mundo só no século XX. Mas a escravidão ilegal persistiu, sob denominações diferentes, dependendo do país, das organizações legais e sociais e das pessoas que tentam dar um nome ao fenômeno. (FIGUEIRA, 2021, Prefácio).

Assim, a ação de extensão foi realizada em formato remoto, em número de três *lives* transmitidas pelo YouTube, em 2021; um curso de extensão em educação a distância (EAD) com uma aula aberta no formato de live; e duas oficinas presenciais que ocorreram no município de Maricá. Contou com a participação de palestrantes profissionais, pesquisadores e ativistas que atuam de diferentes formas para o enfrentamento ao Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) no Brasil.

Esse artigo baseou-se em pesquisas bibliográfica e documental, sendo desenvolvido a partir de quatro pontos centrais: a) refletir sobre a relação de exploração entre trabalho e capital para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro; b) traçar conceitos ligados ao autor Antonio Gramsci como: sociedade civil, estado ampliado e

³ A partir da ideia de práxis apontada por Gramsci (1968), salientamos que os interesses coletivos em comum estimulados pelos intelectuais, em especial orgânicos, devem ser pensados por meio da organização e consciência das massas que transformarão as demandas em ação de contestação do sistema (práxis). Esses movimentos são organizados por diferentes organizações da esfera social, em especial na sociedade civil, e se inserem na construção da hegemonia popular ou contra-hegemonia à classe dominante. Fonte: GRAMSCI, Antonio. Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁴ A pesquisa foi defendida em dezembro de 2021, no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da UFF. Tem como objetivo principal levantar as principais ferramentas e estratégias de comunicação, mobilização e proteção social que são utilizadas pelas instituições que compõem a rede interinstitucional do Rio de Janeiro, a partir da atuação da Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo (COETRAE-RJ).

práxis; c) panorama sobre a mobilização social e estratégias de comunicação utilizadas por diferentes organizações da rede de enfrentamento ao TEC do Estado do Rio de Janeiro, a partir da Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (COETRAE-RJ); d) apontar a importância da extensão universitária e do projeto em análise para o aprofundamento do tema.

Capital, desenvolvimento socioeconômico brasileiro e a escravidão contemporânea

O capitalismo é um sistema de relações sociais por meio do qual o tempo de trabalho empregado para a produção de mercadorias é transformado em lucro e, assim, em capital. Este é constituído por uma série de elementos, como instrumentos de trabalho, matérias-primas, meios de subsistência e força de trabalho. Só pode ser multiplicado por meio do trabalho assalariado. Como refere Marx, “o que o operário vende não é propriamente o seu ‘trabalho’, mas a sua ‘força de trabalho’, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela” (MARX, 2017, p. 110), que pode ser trocada por capital tão somente para ser multiplicada, inclusive como classe operária, que vive do trabalho.

Para Marx (2017), os salários pagos significam uma pequena porcentagem do valor equivalente ao que é produzido. Portanto, o trabalhador recebe muito menos do que produz, sendo o excedente de produção apropriado pelos patrões, a mais-valia (lucro a partir da relação entre o valor apropriado pelo capital, menos aquilo que o trabalhador recebe como salário), que demarca a relação econômica desigual do capital em relação à exploração da força de trabalho por meio de uma jornada extenuante.

Ainda para esse autor (2017), existem duas fases na rotina produtiva do trabalhador: na primeira, ele executa o trabalho necessário, contratado e que gera o valor de seu salário; na segunda, o trabalhador produz o referente à mais-valia, aquele valor gerado pelo excedente de produção do trabalho, não acordado no valor de seu salário. O excedente que não é repassado para o trabalhador é destinado ao lucro do empregador, sendo investido na satisfação das necessidades pessoais do capitalista: “Produzir o máximo de mercadorias pelo preço mais baixo, para extrair o máximo de lucro, é a tendência irresistível do capitalismo. Naturalmente, ela vem junto com uma exploração crescente da força de trabalho.” (MARX, 2017, p. 47).

Desde o seu “descobrimento”, o Brasil teve seu desenvolvimento socioeconômico baseado na “dependência” e exploração de seus recursos naturais por países europeus, como Espanha, Portugal e Inglaterra. As nações europeias estavam interessadas nas exportações em vez do desenvolvimento da produção local. Isso gerou uma dependência externa de produtos que não eram produzidos nas ex-colônias, pela ausência e o interesse de criação de infraestrutura.

Nesse sentido, Fernandes (1975) aponta que os países hegemônicos europeus transferem para suas colônias as mesmas dinâmicas ligadas à produção e à acumulação, baseadas na propriedade privada capitalista, na expropriação do trabalhador (que no Brasil foi agravada pela escravização de indígenas e de africanos) e na exploração extrema de recursos naturais, gerando um desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista.

O Brasil, assim como quase todos os países da América Latina, foi estruturado a partir de uma lógica de capitalismo dependente e periférico⁵. Seu principal aspecto foi o desenvolvimento de um tipo de capitalismo que visava servir os países hegemônicos, a partir da dependência do mercado externo, da exploração dos recursos naturais e de escassa produção para atender ao mercado interno. É periférico, pois não se insere significativamente no comércio internacional e buscava o fortalecimento do poder da burguesia local. E essa relação reflete-se, ainda hoje, em vantagens que intensificam as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. De acordo com Fernandes (2020), por meio do tripé formado entre colonialismo, mercantilismo e escravismo, a burguesia da metrópole obteve meios para aumentar seu capital e, assim, sua permanência no poder e seu prestígio social.

A grande lavoura e a mineração, nas condições em que podiam ser exploradas produtivamente, impunham a perpetuação das estruturas do mundo colonial da escravidão à extrema concentração de renda e ao monopólio do poder por reduzidas elites, com a marginalização permanente da enorme massa de homens livres que não conseguia classificar-se na sociedade civil e a erosão invisível da

⁵ Soares (2022, p. 99) referencia Florestan Fernandes (2009) para apontar como o capitalismo dependente está estruturado em três características principais: “Primeiro lugar, a concentração de renda, de prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico da dominação externa. Segundo, há uma coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas que aparentam ser de diferentes ‘épocas históricas’(...) que servem de base para a exploração externa e para a concentração interna de renda, do prestígio social e do poder. Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico para a estabilidade e crescimento de todo o sistema.”

soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências. (FERNANDES, 2020, p. 46)

Mazzeo (1986) ressalta que a produção colonial se direciona para os produtos altamente comercializáveis nas áreas centrais do capitalismo mercantil, como açúcar, tabaco, algodão, anil, cacau, madeiras, para atender centros consumidores europeus. Para isso, foi necessário o trabalho escravo nas colônias americanas em prol do desenvolvimento econômico-social particular da universalidade capitalista. Foi o escravismo que serviu como a estrutura do processo de acumulação (primitiva) de capital como meio de atender o aumento do consumo e, assim, expandir o mercado mundial (MAZZEO, 1986, p. 212): “(...) para que houvesse o desenvolvimento do modo de produção capitalista, as colônias foram elementos basilares de uma concentração capitalista, posteriormente chamada de Revolução Industrial.”

Precisamos sinalizar que grande parte da população era pobre ou miserável, e também recém-liberta da escravização e sem os meios de produção. Para Soares (2022, p. 98): “O processo de modernização capitalista, estabelecido com o domínio externo, impediu o desenvolvimento independente e a integração nacional, conseqüentemente sem uma autonomia real.” E esse domínio externo foi essencial para a concentração interna de renda e de poder de uma pequena parcela da população. Para Fernandes (1975), esse tipo de capitalismo resulta em duas realidades difíceis:

- 1) Formação de estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que absorvem as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real dos países de capitalismo dependente (FERNANDES, 1975, p. 26).

Sakamoto (2020) enfatiza que, por ter tido esse tipo de formação socioeconômica, no Brasil sempre houve a intensificação da exploração e precarização dos trabalhadores para a realização de trabalhos exaustivos e degradantes, sem remuneração justa (às vezes, sem receber nada), e ferindo a dignidade humana. Prado (2022) destaca, ainda, a inter-relação entre as apropriações humanas ocasionadas pela exploração do meio ambiente e do uso da força de trabalho, para a produção econômica. E como essas relações podem (ou não) se alterar com o tempo e com as necessidades de produção do capitalismo.

Atualmente, o chamado trabalho escravo contemporâneo é um dos “instrumentos” do capitalismo para facilitar a acumulação em seu processo de expansão ou

modernização, garantindo-se para os donos dos meios de produção a mais-valor a partir da desumanização daqueles que possuem como única forma de sobrevivência a força de trabalho. Para além da privação de liberdade ou de “correntes”, este crime reúne um conjunto de características, tais como a dívida ao empregador, aliado às condições insalubres nos locais de trabalho (que, muitas vezes, servem de moradia), falta de água potável e má alimentação, além das irregularidades no pagamento e da ausência de direitos trabalhistas fundamentais.

A superexploração⁶ do trabalho se dá quando o capitalista impõe ao trabalhador uma produção máxima diária, pelo mínimo salarial, demonstrando como esta se constitui como eixo estruturante do sistema capitalista. Nesse processo, o empregador se aproveita das inúmeras condições de vulnerabilidade do trabalhador para obter dele o maior lucro possível. Isso se dá pelo injusto pagamento pelos serviços (que, por vezes, é quase nenhum, como veremos posteriormente), mas também pela falta de condições dignas para exercê-lo, levando, muitas vezes, à escravidão contemporânea. Nesse sentido, Figueira (2021, p. 16) ressalta que:

A venda ou não da pessoa, a violência física ou coerção psicológica não são partes consideradas nucleares do crime, de fato, se legalmente ninguém é escravo, as condições vividas podem ser similares ou análogas. E os componentes não se restringem a estas características. Entraram outras dimensões ligadas à dignidade humana ofendida, seja através do trabalho degradante, seja o exaustivo. As condições são autônomas. O que as liga não é uma conjunção aditiva, mas alternativa. (FIGUEIRA, 2021, p. 16)

Isso ocorre por meio das diversas formas precárias existentes nas cadeias produtivas que geram o valor e enriquecem os donos dos meios de produção, ou condições que intensificam a utilização de trabalhadores escravizados na contemporaneidade. Destacam-se: o desemprego estrutural, a falta de oportunidades por não ter acesso à educação por várias questões, situação de vulnerabilidade, de miséria, de pobreza extrema, ausência de políticas públicas de acesso aos meios de produção, como a terra e os equipamentos falta de alternativas de geração de renda em suas cidades ou países de origem e até mesmo o racismo estrutural.

⁶ Para Soares (2022), a superexploração da força de trabalho deve ser pensada como uma expropriação que ocorre sob distintas formas como: remuneração a um preço inferior a seu valor real, prolongamento da jornada de trabalho, aumento da intensidade e da produtividade do trabalho, muitas vezes causando jornadas exaustivas, retirada do fundo de consumo do trabalhador. E, quase sempre, relacionadas à escravidão contemporânea.

Gramsci e a atuação dos "intelectuais orgânicos": revisitando conceitos de sociedade civil, estado ampliado e práxis como frentes de lutas

Dentre as fontes de referências teórico-conceituais escolhidas, a pesquisa centrou-se em alguns conceitos escritos pelo filósofo Antonio Gramsci (1891-1937) e aprofundados por autores mais contemporâneos como: estado ampliado, sociedade civil⁷, intelectuais orgânicos e práxis. No entendimento proposto por Gramsci (2004) sobre estado ampliado, o autor aponta que as sociedades política, econômica (Estado em si como meio coercitivo) e civil aparecem como partes integrantes de sua composição. Todas fazem parte da luta social por hegemonia, ou seja, na busca por uma direção política e por uma ação cultural de um grupo sobre outro grupo social. Em especial no campo da manutenção do poder econômico e político com ênfase na dominação.

De acordo com Gramsci (2004), o Estado ampliado é composto pela sociedade política, também chamada de Estado em seu sentido restrito, ou coerção, mantida por diversos mecanismos que garantam o monopólio da força pela classe dominante (burocrata ou policial-militar) e sociedade civil. Essa é formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias como escolas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais e culturais (revistas, jornais, meios de comunicação de massa etc.).

Esse autor reforça que a dominação de uma classe se assenta em múltiplas dimensões, entre elas, a capacidade de dirigir, intelectual e moralmente, um conjunto da sociedade (realizado pelos intelectuais orgânicos). Isso gera relações de poder baseadas no senso comum determinado por uma minoria dominante (hegemonia) a partir da imposição cultural e política. Gramsci (1968) intensifica que a hegemonia funciona como estratégia de atuação dessas instituições é necessário sair do campo teórico e ir para o prático, conscientizando as classes subalternas em busca da tomada da hegemonia político-econômica:

⁷ Não há um consenso na utilização do conceito de sociedade civil. Apontamos ainda, que essas concepções são utilizadas de acordo com diferentes interesses, em especial aqueles voltados para a transformação estrutural na sociedade capitalista, a partir do consumo, da globalização e de aspectos de redução de políticas sociais. As organizações que constituem a “nova” sociedade civil da ordem neoliberal têm como ponto central a prestação de serviços em substituição ao que deveria ser prestado pelo Estado (e, muitas vezes, com suas atividades sendo custeadas com verba pública). Isso ocorre principalmente com as organizações consideradas do Terceiro Setor, termo ligado a organizações privadas (em oposição ao que é público/Estado e ao mercado), a partir do crescimento de políticas neoliberais, da expansão de mercados e da diminuição drástica das funções do Estado.

Para Gramsci, a sociedade civil é, antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que, com sua cultura, com seus valores éticos e políticos e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder. (SEMERARO, 1999, p. 70)

A sociedade civil⁸ é a principal propagadora de valores e ideologias contidas em esferas, como a igreja, a escola, os partidos políticos, os sindicatos e, até mesmo, os meios de comunicação. De acordo com Duriguetto (2007, p. 27): “(...) a sociedade civil é o espaço de luta pela hegemonia popular e pela conquista do poder político das classes subalternas, condição para a existência de uma verdadeira democracia.” Portanto, cabe a ela atuar tanto na organização da vida social e na reprodução das relações de poder, formando o Estado em seu sentido amplo. Sua função é justamente ser a mediadora entre economia e política, articulando os interesses políticos, culturais e de classe na manutenção do poder e em busca da hegemonia (direção intelectual e moral), onde ocorre a luta de classes nas sociedades capitalistas. E o agente capaz de transformar essas arenas sociais é o intelectual orgânico:

Justamente, esse papel cabe aos intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1968) que correspondem àqueles que pensam a realidade social e política, colocando seu conhecimento a favor da sociedade civil, ou seja, por diferentes instituições que buscam uma nova maneira de organização, capaz de favorecer a emancipação dos indivíduos por meio da hegemonia popular e coletiva. E são esses intelectuais os responsáveis pela práxis (GRAMSCI, 1968), pois defendem os interesses coletivos e promovem a conscientização política para libertar da opressão daqueles que compõem a força de trabalho mais oprimida. Os intelectuais não podiam se limitar mais ao mundo das ideias e das palavras. Assim, enquanto lançava suas críticas ao idealismo abstrato, ao positivismo cientificista e ao materialismo vulgar, Marx mostrava, com seu envolvimento nas lutas operárias, que estava despontando um outro tipo de intelectual: um ser, ao mesmo tempo, cientista, crítico e revolucionário. Nascia, então, **a filosofia da práxis**. E, com ela, novos intelectuais politicamente comprometidos com o próprio grupo social para fazer e escrever a história e, por isso, capazes de refletir sobre o entrelaçamento da produção material com as controvertidas práticas da reprodução simbólica. (SEMERARO, 2006, p. 374, grifo nosso)

⁸ Para Semeraro, a partir do conceito de Gramsci: “a sociedade civil é o terreno onde ‘indivíduos privados’ de sua dignidade e pulverizados em suas vidas podem encontrar condições para construir uma subjetividade social, podem chegar a ser sujeitos quando, livre e criativamente organizados, se propõem a desenvolver, juntamente com as potencialidades individuais, suas dimensões públicas e coletivas.” (SEMERARO, 1999, p. 76).

Nesse sentido, deve-se pensar nas relações existentes no mundo do trabalho com foco na práxis (discurso somado à prática para consolidar a transformação) baseada na articulação entre as instituições que compõem a rede de enfrentamento ao trabalho escravo e a atuação dos intelectuais orgânicos. Estes devem contribuir para a formação dos trabalhadores, para a quebra da dominação e a efetivação de projetos de hegemonia popular. Portanto, é importante atuar de forma preventivo-educativa, promovendo uma ação pedagógica libertadora que de marque um melhor entendimento sobre as dinâmicas de exploração do capital como uma tentativa de rompimento do ciclo de trabalho escravo.

Panorama sobre a mobilização social e estratégias de comunicação utilizadas por diferentes organizações da rede de enfrentamento do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse artigo, destacamos que a comunicação é, sem dúvida, uma das importantes características trazidas pela modernidade. Ela evoluiu a partir de estreita ligação com as relações socioculturais, aprofundadas pelos avanços tecnológicos das últimas décadas, como a utilização da internet e das redes sociais em massa, trazendo uma dicotomia para o seu sentido social. Dentre esses sentidos, cabe sinalizar que ela pode se constituir como um espaço de denúncia a toda forma de opressão, de violência e vulnerabilidades criadas pelas formas de expropriação do capitalismo, como a falta de acesso aos bens básicos de sobrevivência e sua livre expressão através da resistência política.

Para isso, é importante socializar as diversas informações, principalmente ligadas aos direitos fundamentais, trabalhistas e humanos, visando o fortalecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, conforme seus esforços de luta por seus direitos, efetivação e fiscalização de políticas públicas. Apontamos, conforme reforça Ramos (2005), as seguintes funções que atuam como premissas fundamentais da comunicação como direito social e como destinatárias de políticas públicas e seu papel nas sociedades contemporâneas:

- 1) o de conformadora do espaço público, mas decisivo para o exercício da cidadania e conseqüente prática radical da democracia; 2) o de importante instrumento de educação pública (que hoje chega a rivalizar em muitos casos com a família, a escola, as religiões; 3) não só cívica e política, como visto acima, mas também formal; 4) o de importante instrumento de formação cultural ampla por sua capacidade de prover entretenimento e lazer necessários à plena fruição da vida social. (RAMOS, 2005, p. 251-252)

Henriques (2013) ressalta que a mobilização social se desenvolve por meio do compartilhamento de conhecimentos, estratégias e responsabilidades percebidas por um determinado grupo, na busca por uma mudança em determinada realidade. É a comunicação horizontal, que deve atuar como uma grande articuladora para a criação de uma rede. Assim, deve gerar determinada visibilidade do movimento, atraindo o público para a causa e para a manutenção das redes formadas pelo compartilhamento de sentidos, em que se potencializam movimentos, ações e reações articuladas para a mobilização e a legitimação dos sujeitos sociais.

Sinalizamos que a luta intensa de diferentes organizações, públicas e da sociedade civil, num esforço de mobilização social em rede, ganhou visibilidade e legitimidade a partir de estratégias de comunicação criativas e colaborativas capazes de elaborar atividades educativas. Essas práticas baseiam-se no diálogo e em novas formas de interação com as pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, articulando diferentes sujeitos para o enfrentamento coletivo de prevenção e rompimento do ciclo que envolve o trabalho escravo contemporâneo. Além das denúncias, organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a campanha “De Olhos Abertos para Não Virar Escravo” (CPT)⁹, e a ONG Repórter Brasil, com o Programa “Escravo, Nem Pensar! – ENP!”¹⁰. Para Prado (2016), as práticas educativas realizadas pela ENP! refletem sobre a importância de levar para os trabalhadores diferentes vivências e saberes baseados em sua realidade local, como forma de promover reflexões que previnam a escravidão contemporânea.

A partir da Política Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo nos anos 2000, em alguns estados, dentre eles o Rio de Janeiro, foram criadas as Comissões Estaduais de

⁹ A Campanha “De Olhos Abertos para Não Virar Escravo” “(...) conduz ações coordenadas e planejadas, que têm como foco tanto o emergencial (acolher e amparar as vítimas, proporcionar seu resgate), quanto o estrutural (provocar nas suas vidas mudanças reais, sustentadas em políticas públicas: educação, saúde, interiorização das políticas de geração de emprego e renda, reforma agrária; promover real punição dos responsáveis; inibir empresas e mercadorias que se utilizam do trabalho escravo; anular o lucro extra oriundo do crime; confiscar a desenvolvem campanhas voltadas para a prevenção de trabalhadores, como também, de profissionais que atuam na ponta)”. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/campanhas-e-articulacoes/campanhas/campanha-de-prevencao-e-combate-ao-trabalho-escravo>. Acesso em: 9 de set. de 2021.

¹⁰ As informações do site “O Escravo, nem pensar! apontam que o programa educacional da ONG Repórter Brasil foi fundado em 2004, sendo o único programa nacional dedicado à prevenção do trabalho escravo. Sua missão é diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a de escravidão nas zonas rural e urbana do território brasileiro, por meio da educação”. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/>. Acesso em 9 de set. de 2021.

Erradicação ao Trabalho Escravo (COETRAEs). O intuito é propor e acompanhar a execução de políticas necessárias para erradicar a escravidão, cobrando ações nas esferas nacional e estaduais. Para isso, precisa contar com o apoio de organizações da sociedade civil e dos grupos de pesquisa e extensão que atuam diretamente no território, com os trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) instituiu, em 2011, a COETRAE-RJ¹¹. A Comissão é um órgão colegiado, de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar, de sistematizar e de aperfeiçoar a execução de políticas públicas voltadas para a erradicação do trabalho escravo. As reuniões da COETRAE-RJ são presididas pela Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo composta por instituições da sociedade civil e instituições públicas, que têm objetivos em comum. Durante as reuniões criam-se referências normativas compartilhadas por seus membros, que são ouvidos de forma igualitária, considerando a importância do trabalho das diferentes frentes de prevenção e combate ao TEC no Rio de Janeiro, configurando uma rede interinstitucional.

Sobre as ações no Rio de Janeiro, destacamos, ainda, o “Projeto Ação Integrada: resgatando a cidadania”¹², que consiste em uma ação gerenciada pelo Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ), junto à organização do Programa de Atendimento a Resgatados de Trabalho Escravo da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (PARTE/Cáritas-RJ). Ressaltamos que o projeto foi iniciado em 2013, com recursos provenientes dos resultados das ações civis públicas e dos termos de ajustamento de conduta realizados pelo MPT. De acordo com o relatório de atividades do Programa referente às ações de 2021 e apresentado durante atividade ligada ao projeto de extensão

¹¹ Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Plano-Estadual_RJ_2012.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

¹² A Cáritas integra o projeto desde 2014 e tem participado de diferentes eventos e treinamentos com profissionais das áreas de assistência social e psicologia (on-line e presencialmente) sobre a temática. O projeto se preocupa em promover ações para que as pessoas resgatadas em condições análogas à de escravo não sejam reincidentes. Ela promove formação para a reinserção laboral, tendo a preocupação em informar aos trabalhadores quais são as violações de direitos humanos, sociais e trabalhistas que mais caracterizam trabalho escravo. As informações foram obtidas pelo Relatório de Ações do Programa em 2021, recebido por e-mail.

em agosto (no próximo item serão apresentadas mais informações), o “Ação Integrada” tem como objetivo:

A quebra do ciclo trabalho escravo e, para tanto, realiza o acompanhamento psicossocial de pessoas resgatadas, assim como o custeio de cursos profissionalizantes escolhidos pela resgatada; contribuir com a articulação da rede nos territórios; elaborar projetos e campanhas de comunicação com grupos expostos ao risco de trabalho escravo. (CÁRITAS, 2021, p. 2)

Um bom exemplo é a rede de assistência social, em que se apresentam as pessoas em situação de vulnerabilidade social, em frentes de forte incidência de trabalho escravo contemporâneo, em diferentes regiões do Brasil, incluindo as áreas urbanas, como o Rio de Janeiro. Em 2019, o programa “Escravo, nem Pensar!” - ENP!, em parceria com o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT- RJ) e o projeto “Ação Integrada: resgatando a cidadania”, realizou uma formação para profissionais que atuam na rede de proteção social do município do Rio de Janeiro, para que possam reconhecer, a partir das características apontadas pelo Art. 149 do CPB, casos possíveis de trabalho escravo, além de orientações sobre direitos trabalhistas e sociais.

Além disso, o intuito também foi que esses profissionais pudessem atuar como multiplicadores desse conteúdo, em associações de moradores, escolas e sindicato, atuando não só em possíveis vítimas, mas também em pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ressaltamos que diferentes organizações (públicas e privadas) da rede interinstitucional ligada à Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Rio de Janeiro (COETRAE-RJ), incluindo docentes e técnicos de universidades públicas participaram ativamente dessa formação. A fala da coordenadora do Programa, Natália Suzuki, reforça a importância da mobilização:

O Rio de Janeiro conta com atores envolvidos com o combate ao trabalho escravo, que compõem uma rede articulada, o que também contribuiu para que o projeto tivesse sucesso. (...) A COETRAE-RJ, um espaço importante de articulação, foi o ponto de partida para que o projeto pudesse ser implementado no município; durante toda a ação, foi um ator que referendou as ações e prestou apoio para que as organizações permanecessem em diálogo. (REPORTER BRASIL-ENP!, 2019, p. 35-36).

Portanto, são necessários o engajamento e a formação de diferentes frentes, incorporando ativistas, gestores públicos, educadores, assistentes sociais, pesquisadores, comunicadores, operadores de direito, militantes da sociedade civil, além dos próprios trabalhadores beneficiados, como multiplicadores das informações. E nessa articulação

pontuamos a importância de ações de extensão que atuem de forma interdisciplinar, baseada no diálogo de diferentes sujeitos que sejam capazes de interagir na busca de uma transformação social na realidade desses trabalhadores escravizados ou em situação de vulnerabilidade.

Extensão universitária, comunicação e mobilização social: experiência de um projeto de extensão para o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo.

O ponto central desse artigo refere-se à ação de extensão que foi desenvolvida em substituição à pesquisa de campo prevista na metodologia da referida tese, devido aos protocolos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), foi criado o projeto de extensão “Capitalismo, Trabalho Escravo Contemporâneo e Comunicação em Rede”¹³. O projeto foi composto por lives e outras atividades, em que houve a participação de representantes importantes que compõem a rede de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. A pesquisa ocorreu em diferentes etapas¹⁴, incluindo a experiência do Estado do Rio de Janeiro.

A ideia central foi proporcionar um diálogo entre diferentes instituições da sociedade civil e do Estado, ou seja, públicas e privadas para se compreender a necessidade de diferentes sujeitos, considerados como intelectuais orgânicos conforme definição de Gramsci. Nesse sentido, pontuamos as contribuições para a mobilização social e o enfrentamento ao trabalho escravo de docentes e pesquisadores de universidades públicas, ativistas, comunicadores, gestores, auditores fiscais, procuradores e juízes da área trabalhista.

A iniciativa proporcionou um debate entre os membros da rede nacional e estadual, como também oportunizou a divulgação na sociedade de um conhecimento, vivências, experiências e ações relevantes em torno ao tema. Conforme aponta Almeida (2015, p. 63), “(...) a extensão universitária destaca processos de aprendizagem baseado em premissas como diálogo permanente; vivências de situações significativas, compromisso social, emancipação e educação para a transdisciplinaridade.”

¹³ O projeto “Capitalismo, Trabalho Escravo Contemporâneo e Comunicação em Rede” foi realizado como campo de pesquisa, conforme pensado a partir do modelo de práxis (teoria e prática), baseada na realidade social de Gramsci (1968), posteriormente utilizado na tese de doutorado.

¹⁴ Dentre elas a utilização de um formulário que foi aplicado via *Google Forms* a um quantitativo significativo de pessoas que pesquisam ou atuam no enfrentamento ao TEC.

Nessa perspectiva, um dos resultados mais importantes foi revelado pela atuação de núcleos acadêmicos de pesquisa e extensão, em especial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Por meio de assessoria técnica a diferentes organizações públicas e privadas, são promovidas discussões e propostas soluções que visem minimizar a incidência do TEC. Para Sousa (2010), a extensão funciona como instrumento para promover a articulação intra e extramuros da universidade, apresentando e aplicando o conhecimento desenvolvido por meio do ensino e da pesquisa de forma dialógica entre docentes, discentes, técnicos e o público-alvo, uma contribuição cuja metodologia redonda no que a autora chama de “práxis revolucionária”:

A práxis revolucionária é o fundamento e a finalidade do conhecimento que produz as condições necessárias para sua existência, através do trabalho e das relações sociais que são geradas em seu interior. E a universidade não pode pensar em si mesma como instituição formadora se ignora o ambiente social na formação dos profissionais. (SOUSA, 2010, p. 130)

A referida práxis trata de uma interação entre conhecimentos científicos, culturas e saberes populares, e práticas profissionais que valorizam e compartilham reflexões e diálogos interativos entre a academia e os saberes produzidos pelos diferentes setores da sociedade. Dessa forma, temos profissionais mais preocupados com as demandas sociais. Conforme apontado, o projeto realizou três lives, nos seguintes temas e com os respectivos objetivos: live 1 “Trabalho, Capital e Neoliberalismo: a superexploração da força de trabalho e a realidade brasileira”¹⁵, em que foram introduzidos conceitos necessários para o entendimento do trabalho escravo contemporâneo como parte estruturante do capitalismo, apresentando aspectos peculiares sobre a realidade brasileira de capitalismo dependente, onde as condições de vida são consideradas sub-humanas, devido a fatores históricos, como a escravidão colonial e a superexploração da força de trabalho, gerando os lucros altos.

¹⁵ A live 1 foi realizada em 24/06/2021 e contou com a participação da Prof.^a Dr.^a Marcela Soares, da Escola de Serviço Social da UFF-Niterói; com a procuradora do trabalho e Coordenadora Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONAETE), Lys Sobral Cardoso; e com o advogado trabalhista e sindical e subprocurador do trabalho aposentado, Luís Camargo de Melo. A transmissão pode ser visualizada em: <https://www.youtube.com/watch?v=ow7GVEPuTiU>.

Já a live 2 “Comunicação e estratégias de mobilização em rede para o enfrentamento do TEC no Brasil”¹⁶ procurou analisar a importância da comunicação como estratégia para o enfrentamento ao TEC, de modo que as informações cheguem aos trabalhadores em situação mais vulnerável. Além disso, a atividade proporcionou informações relevantes sobre a articulação em rede de diferentes instituições, apresentando campanhas e relatórios sobre prevenção e o pós-resgate dos trabalhadores.

Por fim, a live 3 “Rede interinstitucional, comunicação e o enfrentamento ao TEC no Rio de Janeiro”¹⁷ teve como objetivo mostrar as diferentes ações da COETRAE-RJ, incluindo políticas de prevenção, fiscalização, pós-resgate e o Fluxo de Atendimento Estadual de Atendimento a Pessoas Resgatadas e Vulneráveis ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo do Rio de Janeiro, assim como foram apresentados dados sobre as pessoas resgatadas, fiscalização e áreas mais susceptíveis à prática do TEC.

Uma característica assegurada pelo projeto foi a presença de grupos de pesquisa e extensão de universidades públicas. O projeto obteve 250 inscrições, oriundas de sete estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Tocantins, Bahia, Brasília e Mato Grosso do Sul. Consideramos que a ação de extensão conseguiu atingir seu objetivo de promover a democratização do conhecimento acadêmico, engajado em frentes de defesa dos direitos humanos, em especial contra o trabalho escravo na sociedade contemporânea.

As interações dialógica, interdisciplinar e interprofissional foram percebidas durante as transmissões, por meio das perguntas realizadas no chat e respondidas pelos palestrantes. Inclusive, existiu uma grande interação durante cada atividade, deixando clara a participação ativa da rede e da importância da mobilização de diferentes parcerias

¹⁶ A live 2 foi realizada em 27/07/2021 e contou com a participação de Frei Xavier Plassat, coordenador da campanha “De olhos abertos para não virar escravo”, da CPT; de Natália Suzuki, coordenadora do programa “Escravo nem Pensar!”, da ONG Repórter Brasil; da Prof.^a Dr.^a Flávia Moura, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas “Trabalho Escravo Contemporâneo e Comunicação”; da juíza do trabalho Luciana Conforti; da gerente de projetos do InPACTO, Daniele Martins. A transmissão pode ser visualizada em: <https://www.youtube.com/watch?v=SHUTHiQ-3F0>.

¹⁷ A live 3 foi realizada em 26/08/2021 e teve como convidados representantes da COETRAE-RJ, como a Prof.^a Dr.^a (aposentada) Adonia Prado, do grupo de pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Alexandre Lyra (auditor fiscal do trabalho); Guadalupe Couto (procuradora do trabalho e gerente do projeto “Ação Integrada: resgatando a cidadania”); Ludmila Paula (ex-coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo — SDSDH/RJ, Yasmim França (psicóloga social e atual coordenadora do Projeto Ação Integrada). A transmissão pode ser visualizada em: <https://www.youtube.com/watch?v=yVCqfkzfQus&t=544s>.

para o enfrentamento ao trabalho escravo. As apresentações dos convidados utilizaram relatórios, quadros de dados e vídeos, resultando em material a ser explorado pelos interessados.

Assim, nossa iniciativa contribuiu para que seus ouvintes pudessem ser capacitados e servissem como multiplicadores de informações ligadas a questões como trabalho escravo contemporâneo, superexploração da força de trabalho, estrutura do capitalismo, sobre precarização do mundo do trabalho. Dessa forma, novos atores puderam contribuir com aqueles em maior situação de vulnerabilidade e mais oprimidos pela sociedade capitalista, na construção de práticas para a transformação da realidade, pautada em uma práxis de mobilização social horizontal. Para Gonçalves e Quimelli:

(...) a troca de saberes, de experiências, de atitudes em relação à situação problema, implica no compartilhamento de visões de mundo e no desenvolvimento de novos saberes, por meio da aproximação da realidade social e de novas leituras das dimensões humanas. (GONÇALVES; QUIMELLI, 2016, p. 13)

Ressalta-se que o projeto ainda resultou em novas oficinas, estendendo-se agora para outras instituições públicas, com vistas à capacitação mais ampliada e descentralizada como as realizada com a Prefeitura de Maricá. Foram realizadas duas oficinas presenciais na Escola de Governo de Maricá (EMAR), em 5 e 10/08/2021, tendo como público-alvo profissionais da rede de assistência social e dos direitos humanos, buscando capacitar servidores municipais. A atualização sobre o tema do trabalho escravo contemporâneo e o devido atendimento humanizado a pessoas migrantes e refugiadas. Essas atividades e o curso de extensão estão disponibilizados na plataforma de ensino a distância (EAD), da Escola de Governo de Maricá.

Por fim, apontamos que o uso da comunicação intensificada pelos meios digitais tem permitido que as transmissões permaneçam disponíveis, constituindo um material didático que pode ser compartilhado e utilizado a qualquer momento, como instrumento de pesquisa e capacitação para diferentes sujeitos, como lideranças sociais, ativistas, profissionais, pesquisadores e estudantes de diferentes níveis e áreas.

Considerações Finais

Esse artigo conclui que a submissão está ligada à “naturalização” dessas condições de degradação e de exploração ao máximo, da força de trabalho. A “precisão” (termo

popular) aponta a necessidade de inúmeras pessoas de se submeterem a condições degradantes e formas de exploração como meio de trabalho para conseguirem, minimamente, sobreviver. Isso deixa claro que não enxergam outras possibilidades, levando-as a aceitar essas condições, tendo a premissa de que é melhor ter qualquer trabalho do que não o ter.

Destacamos que a sociedade se refere ao trabalho como ferramenta essencial para a emancipação humana, porém, a lógica de exploração e de precarização utilizada para maximização de lucro, aproveita-se da vulnerabilidade socioeconômica de trabalhadores que estão à margem do mercado de trabalho, submetendo-se à modalidade de trabalho escravo. Como foi apontado, esse tipo de crime faz parte da estrutura do capitalismo e se expressa pela ausência de fiscalização e de cumprimento de políticas públicas de proteção social e garantia de direitos por diferentes setores empresariais. Isso nos sugere uma reflexão crítica fundamentada a respeito da ampla diversidade de características das relações de trabalho na sociedade brasileira.

Embora nos últimos anos, o poder público, impulsionado por instituições da sociedade civil, tenha fomentado diferentes ações de prevenção, fiscalização e combate a esse tipo de crime, percebemos que essas práticas não diminuem e continuam a se espalhar pelo país, tanto no meio rural quanto no meio urbano, assim como pelo mundo, em especial, com a expansão dos pressupostos neoliberais, que enfraquecem a legislação trabalhista, aumentando o contingente de pessoas desempregadas ou subempregadas.

Por isso, é importante que haja a organização em rede, de forma interinstitucional, articulando iniciativas locais e nacionais para atingir formas de comunicação mais amplas, dando visibilidade a políticas de direitos, como forma de promoção da cidadania. A mobilização e o enfrentamento ao trabalho escravo devem abranger iniciativas que enfrentem as múltiplas causas e suas consequências, demonstrando a necessidade da parceria entre instituições da sociedade civil e do poder público. Além disso, cabe à universidade, por meio de ações de pesquisa e extensão, promover diálogos interativos em que a teoria seja um instrumento de transformação social. Ressaltamos, novamente, que isso fortalece a formação profissional e cidadã da comunidade acadêmica, gerando profissionais comprometidos com as causas sociais e que busquem atuar na elaboração de ações transformadoras.

A práxis deve compreender uma infinidade de ações, sendo fundamental para a mobilização social. Desnaturalizar a lógica de expropriação humana significa lutar coletivamente para que o trabalho se constitua como direito social e não se limite aos pressupostos do capital. Nesse sentido, contribui na formação da consciência sobre cidadania, sobre direitos e deveres que incluem o trabalho não alienado, portanto, emancipador, e não, escravizado. Portanto, são necessárias estratégias voltadas para ações educativas baseadas na realidade dos trabalhadores brasileiros.

Conclui-se que a transformação social deve buscar a quebra da estrutura de dominação e escravização, por meio do fortalecimento das classes trabalhadoras e da elevação da consciência crítica das massas. Para isso, a mobilização social promovida pela rede interinstitucional tem que construir diversas ações que sejam capazes de desmistificar falácias, o senso comum e os estereótipos do que é trabalho escravo contemporâneo. Esse grande desafio deve passar por uma atuação coletiva, em rede, de diferentes organizações, que devem contribuir para a construção de uma nova hegemonia e de uma nova cultura, pautadas na democratização dos espaços políticos e de organização popular entre as esferas público-privada, fomentada pelo governo junto à sociedade civil.

Por fim, apontamos a necessidade de elaboração de diferentes ferramentas de comunicação, assim como a realização de ações de extensão que devem ser pensadas de forma simples, objetiva e focada na prevenção e na divulgação de informações sobre os direitos trabalhistas. Deve-se buscar uma articulação em rede no intuito de promover a prevenção do aliciamento e do retorno a essa situação, atuando por meio da conscientização sobre o trabalho decente; realizar o atendimento às pessoas resgatadas, promovendo acesso aos seus direitos e o desenvolvimento de capacitação para o mundo do trabalho; buscar a visibilidade de dados oficiais, de pesquisas, de livros e de relatórios, entre outras produções acadêmicas, que contribuam para denunciar, reduzir, erradicar a exploração desses trabalhadores.

Referências

ALMEIDA, Luciane Pinho. *A extensão universitária no Brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido*. DIRE, Limoges, n. 7, p. 58-67, 2015. Disponível em: <https://www.unilim.fr/dire/692&file=1/>. Acesso em: 8 set. de 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003*. Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, trabalho em condição análoga à de escravo. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm. Acesso em: 2 dez. 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia*. São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FIGUEIRA, Ricardo R. Prefácio. In: MULLER, Daniela V. da Rocha. *Representação judicial do trabalho escravo contemporâneo: compreendendo a construção da jurisprudência através da linguagem*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

GOMES, Marquiana de Freitas V. B. Interdisciplinaridade e a interprofissionalidade na ação extensionista. In: GONÇALVES, Nadia G.; QUIMELLI, Gisele A. *Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária*. Curitiba: CRV, 2016. p. 37-52.

GONÇALVES, Nadia G.; QUIMELLI, Gisele A. *Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária*. Curitiba: CRV, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GREGO, Pedro Teixeira P; FIGUEIRA, Ricardo R. Perda da propriedade privada e escravidão contemporânea: reflexões e ideias gerais. In: FIGUEIRA, R.; MOURA, F.; SUDANO, S. *Escravidão contemporânea no campo e na cidade: perspectivas teóricas e empíricas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 203-221.

HENRIQUES, Márcio S. *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, Flávia de A. *Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses*. Tese (doutorado) – Faculdade de Comunicação Social, Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre - PUCRS, 2015. 245 f.
PRADO, Adonia A. Educação contra a escravidão contemporânea. In: FIGUEIRA, R.R.; PRADO, Antônia Antunes; GALVÃO, E. M. *Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo contemporâneo: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 461-475.

PRADO, Antônia Antunes. Quinze anos de escravização de trabalhadores no Rio de Janeiro – 2003 a 2018: alguns aspectos. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; MOURA, Flávia de Almeida; SUDANO, Suliane. *Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia*. Maranhão: EDUFMA, 2022.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: Unesp, 2005, p. 245- 253.

REPÓRTER BRASIL. Programa Escravo, nem pensar! Relatório de atividades da formação sobre prevenção ao trabalho escravo e tráfico de pessoas para a Assistência Social no Rio de Janeiro. São Paulo, 2019. Disponível em:
<https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatório-de-atividades-ENP-RJ-2019.pdf>. Acesso em: 22 abril. 2023

SAKAMOTO, Leonardo. *Escravidão contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2020.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.
_____. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida, SP: Ideia & Letras, 2006.

Submetido em 07 de Junho de 2023. Aprovado em 22 de Janeiro de 2023.